

# TESE DA OPOSIÇÃO À DIREÇÃO DO SINTEST/RN

## CONJUTURA INTERNACIONAL

A crise mundial do capitalismo, aberta ao fim de 2007, não se fechou. Não existe uma recuperação da taxa de lucros que possibilite uma ampliação qualitativa dos investimentos. Isso determina a continuidade da crise e para salvar os lucros dos acionistas, o futuro dos bancos e instituições globais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional do Comércio. etc), governos aprofundam cada vez mais os ataques sobre os trabalhadores. Para tentar retomar a taxa de lucro dos grandes grupos econômicos e financeiros o imperialismo e as burguesias nacionais através de diferentes governantes, sejam eles denominados de “direita” ou de “esquerda”, desatam uma guerra social contra a classe trabalhadora, derrubando salários, renda, direitos, aumentando a pobreza e a desigualdade, além de gerar uma forte crise migratória e ambiental: Essa crise ganha importantes contornos com a disputa do mercado mundial entre EUA, China e países europeus.

O mecanismo das dívidas sufoca os países e veem junto com a destruição dos serviços públicos. Privatizações, redução de direitos sociais, aumento da precariedade e desemprego, ataques aos direitos sindicais e a sistemática repressão aos movimentos sociais e estudantis são práticas comuns nos diversos países; Indicativos econômicos apontam uma nova recessão nos EUA e Trump aprofunda a linha racista, homofóbica e xenófoba para assim avançar a exploração da classe trabalhadora, seja do próprio país ou imigrante. Por todo o planeta a classe trabalhadora resiste e enfrenta esses ataques com greves e protestos. Na Europa a piora das condições de vida e perda de direitos históricos levam as massas às ruas.

Na França o movimento dos Coletes Amarelos ganhou muita força a cada semana nas ruas de toda França e expôs a crise social aberta no continente a partir da aplicação dos planos de austeridade. As mobilizações em curso na Argélia e no Sudão, as marchas do retorno em Gaza, as greves na Tunísia e no Marrocos, marcam uma nova onda de lutas no mundo árabe contra ditaduras neoliberais e o Estado assassino de Israel mesmo em meio às

guerras levadas a cabo contra as revoluções séria, iemenita e Líbia. Na América Latina a política do imperialismo é aprofundar a dependência dos países para assim garantir sua recuperação econômica, implementando um verdadeiro processo de recolonização, através da intensificação do endividamento e dos planos de ajuste contra os trabalhadores. Mas há importantes exemplos de resistência. Recentemente em Porto Rico, El Salvador e Honduras estouraram importantes processos de mobilização de massa contra a miséria, desemprego e a corrupção. No Haiti, país submetido a mais de 10 anos de invasão militar, o governo impõe ainda mais e piora a repressão e a vida daquele povo que resiste bravamente e explode em greves e manifestações. Na Argentina os trabalhadores e juventude protagonizam importantes lutas contra o governo Macri com greves e manifestações. O governo Macri alinhado com pagamento das dívidas ao FMI busca aplicar medidas neoliberais que rebaixam cada vez mais o nível de vida da população. Mas houve importante resposta dos trabalhadores, com destaque as manifestações de massa contra a reforma da previdência, a luta pelo direito ao aborto e contra o G20. O governo também tenta a partir da repressão frear o movimento. Processos judiciais e perseguições a ativistas como Sebastian Romero e a prisão de Daniel Ruiz são expressão desta política

Na Venezuela, mergulhados num verdadeiro caos social causado pela crise econômica gerada pela queda do preço do petróleo e pela política do Chavismo, traz um aprofundamento da ditadura de Maduro. A uma queda vertiginosa das condições de vida, que transformou o país no centro da maior crise migratória na América do Sul. O imperialismo tenta se aproveitar dessa crise para impor através da figura de Guaido um governo “autodeclarado” fantoche, mas até agora tampouco conseguiu se impor. Uma grande parte da esquerda reformista apoia a ditadura burguesa corrupta de Maduro, confundindo intencionalmente Maduro com o “socialismo”. Existe a necessidade de que os trabalhadores venezuelanos e latino-americanos lutem para derrotar a ditadura de Maduro sem se confundir com a saída burguesa pró-imperialista de Guaido.

O aprofundamento da crise econômica e social faz com os setores oprimidos, em especial as mulheres, sejam a vanguarda de diversas manifestações da classe trabalhadora. A marcha das mulheres contra o

presidente Donald Trump um dia após a sua posse, em 2017, foi a maior manifestação em um dia ocorrida nos EUA, sendo realizadas 408 marchas em todo o país e mais 168 pelo mundo. O 8 de março retoma seu caráter de luta com organização das greves internacionais de mulheres, em 2018 a convocação se deu em 170 países, incluindo desde a Argentina que ferveu com a maré verde na luta pela legalização do aborto, até países com o Irã onde as manifestações de mulheres são proibidas. Na edição de 2019, meio milhão de pessoas foram às ruas na Espanha e, em Berlim, a data se tornou feriado municipal. As mobilizações e greves de mulheres se deram também na Polônia (2018), pelo direito ao aborto legal, na Suíça (2019) por salário igual para trabalho igual, no Brasil (2018/2019) junto com os movimentos de combate ao racismo e LGBT por justiça para Marielle Franco, vereadora negra e lésbica executada por militantes no Rio de Janeiro e contra o projeto de ultra direita, reacionário e opressor de Jair Bolsonaro, antes mesmo da sua eleição, com os atos do #EleNão.

A questão migratória expõe uma das maiores crises humanitária dos últimos anos. A crise na Venezuela e o fluxo de migrantes da América latina aos EUA são expressões do deterioramento das condições de vida da classe trabalhadora impostas pelo imperialismo. A questão da migração ganhou mais destaque com a chegada de Trump ao governo que se coloca como vanguarda da política anti-imigração e intensifica as obras de muro na fronteira com o México e o aumento da repressão policial, com arbitrarias prisões e deportações de famílias inteira e a desumana separação crianças de seus pais. Os fluxos de imigrantes na Europa já superam os ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial e também são expressão de anos de espoliação e guerras na África e oriente médio. A crise humanitária ganha proporções a partir das políticas anti-imigração e xenofóbicas como do governo italiano de Matteo Salvini;

No Brasil a crise migratória ganhou maior proporção a partir do aprofundamento da crise na Venezuela. O país também recebe imigrantes e refugiados do Haiti, Bolívia e de nações africanas. Não há políticas públicas e apoio aos imigrantes no Brasil. Como nos EUA e Europa, latifundiários, a agroindústria e empresas (em especial de confecção) se aproveitam da fragilidade legal para oprimir e até submeter trabalhadores imigrantes a

condições de escravidão. Graças à precarização e aos baixíssimos salários imigrantes são a base fundamental da economia de diversos países. A política de repressão na verdade está sobre a ótica do controle da oferta de mão de obra barata – quanto mais o Estado perseguir e oprimir os imigrantes, mais estes se submeterão a rebaixar sua força de trabalho. O capitalismo está matando a vida em nosso planeta. O uso de combustíveis fósseis, a degradação e a poluição submetem a humanidade a uma série de doenças e à mudanças climáticas que colocam em risco a vida de milhares de trabalhadores.

A crise econômica potencializa a crise social e política. Em Hong Kong desde 2014 ganhou força a mobilização estudantil e popular contra medidas autoritárias do governo chinês levando milhares às ruas a desafiar a ditadura chinesa. Há uma polarização em todo mundo e o caráter histórico dessa crise exige uma saída estratégica pela defesa da independência política frente aos governos capitalistas (incluindo os de colaboração de classes) no mundo inteiro. A classe trabalhadora e suas lutas contra o capitalismo geram também importantes ferramentas de organização. Em diferentes partes do mundo também surgem organizações ou coletivos que lutam por um sindicalismo combativo, independente e classista.

## CONJUTURA NACIONAL

NOSSA CLASSE PODE DERROTAR BOLSONARO, MOURÃO, O CONGRESSO E SUAS REFORMAS.

A chegada de Bolsonaro ao poder trouxe, num primeiro momento, uma mudança na conjuntura. Isso porque, apesar da classe trabalhadora não ter sido derrotada em sua disposição e realização de lutas, o fato é que, pela primeira vez no Brasil, chegou ao poder um governo de ultradireita, ultraliberal e composto por uma forte presença das Forças Armadas. Mas desde os primeiros meses do ano, as lutas não pararam e explodiram contra as medidas anunciadas pelo governo, principalmente a Reforma da Previdência e os cortes na Educação. Diferente dos que afirmavam que a classe estava derrotada. Foi assim desde o dia 20 de fevereiro, com a realização da "Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora contra a Reforma da Previdência"; na força e protagonismos das mulheres no 8 de março; nos atos vitoriosos de 14 de março deste ano em todos estados, onde foi exigido "Justiça para Marielle e Anderson"; no dia 22 de março, Dia Nacional de Mobilização, Paralisação e Protestos, que colocou a classe trabalhadora no cenário da luta atual; depois nos atos do dia 31 de março contra o golpe de 1964 e nos atos unificados do 1º de Maio até chegarmos ao dia 15 e ao dia 30 de maio, dias nacionais de luta contra os cortes na Educação que também agregaram a bandeira contra a Reforma da Previdência. O 15/05, dia de greve nacional contra os cortes na Educação, levou milhões às ruas, unificando estudantes, professores e trabalhadores, e mudou novamente a conjuntura, a partir da entrada do movimento de massas em cena pela primeira vez sob esse governo.

NÃO HÁ O QUE NEGOCIAR NESSA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. É PRECISO E POSSÍVEL DERROTÁ-LA INTEGRALMENTE.

O SINTEST deve reivindicar a mais ampla unidade na luta construída até aqui para fazermos esse enfretamento, mas alertamos: não há o que negociar nessa reforma da Previdência e consideramos uma traição qualquer dirigente ou entidade sindical que tente "negociar pontos" dessa medida de ataque ao

nosso povo. Aposentadoria não se negocia! É possível, na luta direta, derrotar a Reforma da Previdência e todos os ataques de Bolsonaro e Mourão.

#### BANDEIRAS DE LUTAS

- Greve Geral contra a Reforma da Previdência, contra os cortes na Educação e por empregos. Basta de Bolsonaro, Mourão e seus ataques.
- Por Educação pública, gratuita e de qualidade.
- Basta de desemprego. Por um plano emergencial de geração de empregos!
- Salário igual para trabalho igual.
- Reforma agrária sem indenização do latifúndio; demarcação de todas as terras indígenas e titulação de todas as terras quilombolas já.
- Contra a privatização e entrega de nossas riquezas. Petrobras, Correios, CEF e Banco do Brasil e empresas de energia 100 estatais.
- Contra o congelamento dos gastos nas áreas sociais. Revogação da EC 95.
- Defesa e valorização dos serviços e servidores públicos.
- Suspensão imediata do Pagamento da Dívida Pública aos banqueiros.
- Basta de machismo, violência e o feminicídio! Mais investimento em políticas para mulheres.
- Não ao racismo e ao genocídio do povo negro.
- Pelo fim da PM. Reparações já.
- Basta de LGBTfobia e violência. Por direitos iguais para os LGBT's! Basta de xenofobia! Nenhum ser humano é ilegal.
- Em defesa das liberdades democráticas. Pelo direito de manifestação, organização e greve.

## CONJUNTURA ESTADUAL

Para conjuntura estadual no Rio Grande do Norte, é muito importante considerarmos os governos oligarcas que já passaram pelo nosso estado, mas também, o atual governo de Frente Popular ditos de "esquerda" ou "reformistas" que estão em unidade com partidos ou frações da burguesia. O RN está inserido na crise econômica, política e social do Brasil. O país, por sua vez, é parte do cenário da crise econômica mundial, iniciada em 2007, e que, segundo os organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, não há previsão para seu final. Inserimos a questão da crise na discussão porque, nesta época de crise mundial do imperialismo, o eixo de toda nossa política tem relação com o governo, com o poder. Quando uma Frente Popular assume o governo, esta questão tende, rapidamente, a tornar-se imediata, pois se estará entrando em uma etapa superior, em que quase sempre a realidade objetiva coloca o "tudo ou nada".

Não é por acaso que colocamos a Frente Popular como um último recurso. Quando a Frente Popular governa, as possibilidades de vitória tendem a está mais próximas do que nunca, às vezes ao alcance das mãos. Ou seja, abre-se a perspectiva de que as massas, tendo à sua frente o partido revolucionário, derrubem e substituam a Frente Popular. (Os Governos de Frente Popular da História) - Nahuel Moreno, p. 61- 62. Nosso esforço em desvendar o que significa o Governo de Frente Popular no RN, se reveste de uma importância urgente nesse momento. Desde 2003, vários governos de Frente Popular foram eleitos no Brasil. O PT encabeçou esses governos com Lula e Dilma por quatorze anos. Isso se reproduziu em vários estados e municípios. As práticas desses governos, são as mesmos dos governos burgueses anteriores. Ou seja, as distintas frações burguesas da economia e da política. O governo Fátima Bezerra, entregou aos parlamentares o seu programa de governo, que, segundo mensagem governamental,. "A situação do Rio Grande do Norte é gravíssima." Os dados mostram um desequilíbrio estrutural das contas públicas e um enorme passivo herdado da gestão anterior. As despesas do Estado, hoje, não cabem nas suas receitas, e a consequência disso é o caos no âmbito da gestão pública do RN. Além disto, herdamos um déficit de R\$ 1,3 bilhão com fornecedores, e de

aproximadamente R\$ 1 bilhão com os servidores e servidoras do Rio Grande do Norte. Entre restos a pagar e dívidas financeiras, temos R\$ 2,5 bilhões de buraco no orçamento", declarou a governadora.

Para tentar superar o déficit, a governadora anunciou aos parlamentares o Plano de Recuperação Fiscal e afirmou que sua equipe vem trabalhando na elaboração de projetos de lei para aumento de receitas e redução de despesas e que visam modernizar a arrecadação de impostos e inibir a sonegação. Entre as medidas anunciadas, Fátima Bezerra afirmou que vai elaborar um controle de gastos estadual, para limitar o ritmo de crescimento das despesas correntes nos anos seguintes. "Estamos limitando o crescimento das despesas correntes em uma proporção de 70 do crescimento da Receita Corrente Líquida. Trata-se, pois, tão somente, de não colocar no orçamento despesas que não possuam lastro. Outra coisa importante, é que estamos deixando de fora desse controle de gastos as áreas de saúde, educação e segurança. As despesas nessas áreas seguem vinculadas a percentuais legais já definidos. Ao mesmo tempo, não limitamos para nenhuma área o crescimento das despesas com investimentos", declarou. Para as demais despesas, tanto do Executivo quanto dos demais Poderes, ela afirmou que vai ser estabelecido um período equivalente a dois Planos Plurianuais (oito anos), para limitação do crescimento. Antecipação de royalties

A governadora também pediu especial atenção dos deputados para o primeiro projeto de lei do Plano de Recuperação Fiscal, que foi entregue aos parlamentares no dia 1º de fevereiro, e que solicita a antecipação dos royalties do petróleo no período 2019 a 2022. "Conto com a sensibilidade da Assembleia Legislativa para essa aprovação, bem como para que autorizem o Governo a negociar com os bancos públicos e privados, para que possamos obter as melhores condições", disse.

De acordo com ela, os recursos serão utilizados para pagar pensionistas e aposentados e para atualizar os salários de todos os servidores. Ela lembrou que tem quatro folhas salariais em aberto, que custam juntas quase R\$ 1 bilhão. O governo do RN seguirá o mesmo caminho dos anteriores, garantindo um ajuste fiscal sobre os servidores e os serviços prestados à população. A governabilidade, pelo menos no início do governo, aparentemente está assegurada. Parte dos acordos firmados entre os setores burgueses citados



anteriormente no ponto quatro se expressa através do movimento que o governo pilota: uma parceria no campo institucional com os poderes Legislativo (deputados de vários partidos) e Judiciário (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas). Os exemplos são vários, mas dois são simbólicos e constam das medidas apresentadas na Mensagem do dia 05 de fevereiro na Assembleia Legislativa. O acordo com deputados sobre a venda antecipada dos royalties do petróleo e da folha de pagamento dos servidores ao banco que melhor remunerar. A Assembleia Legislativa aprovou a proposta do governo. Mas em troca exigiu receber décimos terceiros salários retroativos, Importante destacar que a governadora teve a oportunidade de vetar esse projeto dos deputados (de receber 13Q e férias retroativas), mas preferiu não se indispor com a Assembleia, deixando a cargo dos deputados a sanção da lei. Além disso, no final de abril, a governadora enviou para a Assembleia Legislativa um projeto de lei que reajusta em 16,38 os salários dos procuradores do Estado. No projeto, a governadora justifica sua intenção dizendo que se trata de uma proposta decorrente do que preceitua a Constituição. Se for aprovado pelos deputados estaduais, a remuneração dos procuradores de primeira classe vai saltar de R\$ 29,65 mil para R\$ 35.462,22 mensais. Já os procuradores de segunda classe pulam de R\$ 28,17 mil para R\$ 33.389,11 e os de terceira classe, de R\$ 26,76 mil para R\$ 32.004,66. O projeto infla ainda mais aqueles salários que já são altíssimos, enquanto o governo segue sem pagar os salários atrasados dos servidores e sem política de reajuste. Já com o Poder Judiciário o acordo foi não reivindicar mais as sobras de caixa construídas através do repasse dos duodécimos. Dessa forma, o governo assegura o aval desses poderes e evita atritos no início da gestão. Se fizesse jus à sua "origem popular", Fátima deveria enfrentar as regalias dos outros dois poderes e convocar a população e os trabalhadores a pressionarem o judiciário e o legislativo, de modo a, no mínimo, constrangê-los frente à crise financeira do RN. Mas não. O que tem feito, de fato, é um acordo de cavalheiros, para governar.

No plano nacional, a oposição do governo do RN aos ataques do governo Bolsonaro é mera falácia, dentro da constitucionalidade e do campo das negociações. O caso talvez mais emblemático seja o da Reforma da Previdência, frente a qual os governadores do "progressistas" já disseram não

serem contrários, desde que "haja um debate nacional". Foi exatamente o que disse Fátima em duas oportunidades nestes quatro meses de governo, alegando que haveria alguns ajustes necessários a serem feitos na Previdência. O que há de aceitável nessa reforma? É aceitável contribuir por 40 anos e só se aposentar a partir dos 65 anos de idade, por exemplo? É aceitável que a idade mínima para aposentadoria das professoras salte de 50 para 60 anos? Se forem retirados os pontos da redução do BPC e a questão da aposentadoria do trabalhador rural, o resto da reforma é aceitável? Não há nada nessa reforma negociável, mas o governo Fátima sinaliza não ser contrário justamente em razão das relações construídas pelo PT com o mercado financeiro (com o qual não pode e não quer romper) e também pelo fato de estar em negociação com o governo federal sobre recebimento de ajuda financeira, caso seja favorável à reforma. Além disso, há na reforma um dispositivo que livraria os Estados de terem que aprovar, por exemplo, o aumento da alíquota previdenciária (de 11 para 14), em caso de aprovação da reforma nacional, já que isto se daria automaticamente (na situação de estados com rombos na previdência estadual, como o RN). As pessoas que leram a Mensagem da Governadora na Assembleia Legislativa irão perceber que não há uma linha afirmando que o governo do RN é contra a aprovação da Reforma da Previdência e que trabalhará para convencer os oito deputados federais.

## PROJETO FUTURE-SE

O FREIO DA DEMOCRATIZAÇÃO E MEIOS PARA PRIVATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E INSTITUTOS FEDERAIS.

O Projeto FUTURE-SE, assim como todas as ações do atual governo se reveste de justificativas falsas, ou hipotéticas, ou seja, o real objetivo é envolto em uma farsa que propõe melhoria, mas que na verdade dificultará o acesso a essa modalidade de Educação.

Vendo o FUTURE-SE por dentro, é um projeto neoliberal, voltado para o atendimento dos interesses da burguesia, seguindo o modelo mercadológico e empresarial, um modelo gerador de desigualdade social, que visa lucro e seletividade social. É um projeto dos mais dos cruéis e retrógado, ele retira das pessoas, e do trabalhador o direito de sonhar de um dia ter filhos formados em uma Universidade pública, ou melhor uma filho doutor.

Pretende basicamente:

- CAPTAÇÃO DE RECURSO E AUTO-SUSTENTABILIDADE do Ensino Superior.
- REFORÇAR A AUTONOMIA ACADÊMICA.

Obs. Vendo-se o FUTURE-SE por dentro, ele na verdade não fará nem uma coisa nem outra.

O delírio do FUTURE-SE:

Criar um fundo d 102 bilhões para atrair investimentos privados para as Instituições de Ensino Superior. A idéia embutida neste delírio é diminuir a participação do Estado na manutenção federal. O intrigante é que a sociedade e à comunidade acadêmica é pega de surpresa, sem qualquer consulta ou participação, e exatamente no momento em as Universidades são duramente penalizadas com cortes sucessivos, contingenciamento de 30, corte de bolsa para pesquisa. No momento em que é retirado do orçamento da Educação, 01 milhão de reais para as medidas provisórias dos deputados que venderam seus votos para aprovação da Reforma da Previdência Social, no momentos em que amarga o as consequências da RP 95 que congelou por 20 anos os investimentos em Educação e Saúde.

Quanto ao funcionamento, o Projeto permitirá que as Organizações Sociais

compartilhem a gestão e contratem professores sem concurso público com contratos de trabalho regido pela CLT, recortada pela recente desastrosa Reforma Trabalhista. Vendo-se por dentro, podemos visualizar aí, a pavimentação do cominho para privatização, é o espaço aberto a toda sorte de precariedade na Educação já quase sem condições de funcionamento.

É o fim da democratização das Universidades Públicas e Institutos Federais, deixando em jogo a pluralidade sócio-econômica do Ensino Superior. É bom ressaltar que 60 por cento dos alunos são oriundos da rede pública de ensino, a maioria de baixa renda, negros e mulheres. O FUTURE-SE exclui essa demanda que não é pequena.

Por fim o FUTURE-SE representa claramente, o desmonte da política de expansão das Universidades Públicas, laicas e de qualidade.

O FUTURE-SE apodera-se de bens imóveis da sociedade, e põe em risco ou mesmo em condição de perda patrimônio centenário das Universidade, bem da sociedade.

Porém como a Proposta é pouco clara e cheia de evasivas, com; Como será o tal fundo? E essas OSs, será uma só para gerenciar todas as Instituições ou uma por cada uma? Como será feita a alienação dos bens imóveis das Universidades?

O certo é que essa Proposta suscita insegurança e sinaliza para um FUTURO INCERTO e perigoso. Frente a essas inseguranças e incertezas que o Proponente passa para a comunidade universitária e para sociedade, somos levado a formar trincheiras para DERROTAR e definitivamente essa proposta, derrotar essa obsessão ideológica que hoje o atual governo tenta polarizar As Universidades e os Institutos, professores, alunos e servidores precisam fortalecer a luta em defesa do Centro de pensamento livre, que não são de direita nem de esquerda por mais que queiram rotular O PENSAMENTO LIVRE É INDISPENSÁVEL, para o crescimento de qualquer sociedade.

Que haja luta para evitar mais criação de mecanismo de controle nas Universidades Públicas e Institutos Federais. À luta.

Assinam esta tese, os seguintes Coletivos Sindicais:

- 1) Coletivo BASE;
- 2) Coletivo Independentes.